

31 MAR 1987

A Constituinte e as manobras de adiamento

FOLHA DE SÃO PAULO

NEWTON RODRIGUES

Secção Tendências Debate

O clube está agitado e em reuniões sucessivas, a dois, a quatro, a trinta e tantos, sem contar os telefonemas, cochichos e recados. Foi possível, pelas artes infernais da dissimulação e espreiteza, ir adiando problemas e apresentando miragens como soluções. E eis que mais uma vez o espaço se estreita. A propaganda oficial e os números deixam de funcionar como analgésico e é preciso dar um jeito, não no desajeitado país, mas na situação dos clubistas.

O problema central permanece o mesmo. O Brasil é um país dominado e dirigido por minorias e esse domínio permanece consagrado nos textos legais. O nó político está, assim, sintetizado na irrepresentatividade da suposta representação legislativa e executiva. A manipulação antiga, imperial e velha-republicana, adquiriu outras formas e pode dispensar as atas falsas e o voto a bico-de-pena, pela utilização de novas técnicas. Esses governos de minoria são, aliás, atestados pelo TSE: de 1947, para cá, quando foram eleitos os primeiros dirigentes estaduais, após o golpe de 1937, têm estado eles geralmente designados mais ou menos por um terço do eleitorado, com pouquíssimas exceções; os presidentes da República tiveram performance um pouco melhor nas urnas, o que, salvo o reacionário general Dutra, não significava maioria sólida e muito menos estável, como se depreende da sucessão de golpes de Estado que terminaram na vexatória, incompetente, criminoso e corrupta ditadura militar que se

estendeu de 1964 ao fim do governo Geisel, mas se prolongou autoritariamente pelo período Figueiredo e Sarney. Quem duvide da última parte da afirmativa leia a Carta militar vigente e lembre a enxurrada de decretos-leis que fazem a rotina de trabalho do atual presidente. Quanto ao Congresso, e à Constituinte que é ele próprio, nada mais indica o que se pode esperar dele que a desigualdade do voto que o designou, o desenfreado poder do dinheiro nas urnas e a completa falta de propostas de quase todos os seus integrantes, presentes ao eleitorado com as técnicas do consumismo comercial.

O quadro confirma o previsto. Os conservadores dominam as bancadas (segundo a Folha, no "Caderno Especial" do último dia 19, de 559 constituintes, 421 no centro propriamente dito, no centro-direita e na direita), em decorrência do sistema eleitoral praticado, que beneficia os Estados atrasados e de pouca população, em detrimento dos mais adiantados e demograficamente preponderantes. Como os políticos admitem muita coisa, menos atrapalhar a si mesmos, a Constituinte será outra conta de chegar, dourada de altissonantes princípios que ficarão no papel, sem determinar as reformas fundamentais que teriam de expressar-se no sistema político.

O estabelecimento que tem como quadro principal o doutor Ulysses Guimarães, e como chefe de governo o poeta José Sarney, quer prevenir surpresas. Portanto, o

presidente do PMDB deve, em benefício dos colegas de congregação, acumular todos os cargos possíveis, como grão-mestre insubstituível. Além do PMDB, destinam-lhe a presidência da Constituinte e a da Câmara dos Deputados, embora sua recondução ao último posto seja flagrantemente inconstitucional. O que não chegará a ser obstáculo, pois temos vivido de inconstitucionalidades diversas e o Judiciário, com seus instintos de autopreservação e de troca de favores, nada fará de definitivo, ainda que solicitado seja. O objetivo é não mudar. Assim, em lugar de reuniões programáticas, aprimoram-se os mecanismos de pressão: encontros de governadores e de cúpulas partidárias, a par de nenhuma atenção, ainda que para salvar as aparências, aos constituintes, sobretudo se eleitos de primeira viagem.

Debate-se o secundário. Perguntados, por exemplo, sobre a eleição da Mesa da Câmara os vários políticos e alguns de seus porta-vozes esmeram-se em afirmar que Ulysses Guimarães tem todos os títulos para exercer a presidência; sabidamente esquecem de dizer que todos os títulos pessoais não lhe fornecem condição constitucional. Não há mais disfarces. O candidato polivalente nem mesmo esconde que quer os dois lugares para evitar conflitos de atribuições, como se eles fossem matéria de atribuição individual, em vez de possibilitados pela maneira de convocação do Congresso consti-

tuinte. Também já se diz às escancaras que é preciso escolher um vice-presidente para acompanhar Sarney, modo simples de evitar que em qualquer crise haja eleições diretas e fórmula jarras utilizada quando o sucessor constitucional (como no caso de agora) alçou-se ao primeiro posto. Eis assim, o ex-mister "diretas" apontado para sucessor indireto.

Quer-se, agora, marcar uma data preliminar à promulgação da futura Carta, talvez 15 de novembro, talvez 7 de setembro, num comemorativismo vazio. Mas, nem os partidos, nem o governo, nem qualquer ponto político importante que abra caminho à renovação. O que existe é aquele calhaço da Comissão Arinos, espécie de "pot-pourri" de centenas de artigos, que o próprio Sarney, satisfeito com o tempo ganho pelos debates acadêmicos, pôs de lado no dia em que recebeu.

Dentro de pouco dias, quando o Congresso constituinte fará suas reuniões preliminares, até os menos informados poderão ver melhor o que inspira essa série de propostas de última hora sobre pactos, falhados em 1965, quando havia maior clima de confiança. Trata-se de nova manobra de adiamento, de deixar como está, para ver como fica. Pois depois... Bem, depois, será para quem venha depois.

NEWTON DE ALMEIDA RODRIGUES é jornalista e analista político; foi editor da revista "Senhor" do jornal "O País", diretor-redator-chefe do "Correio da Manhã" e colaborador de diversas publicações cariocas.